



RESOLUÇÃO Nº 002, DE 22 DE FEVEREIRO 2019.

Dispõe sobre a eleição para composição do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, biênio 2019/2021.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições estabelecidas pelo artigo 101 da Lei Complementar nº 80/94 e nos termos do Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Resolução nº 004, de 13 de março de 2013;

CONSIDERANDO a reestruturação da carreira promovida pela Lei Complementar Estadual nº 39/2014;

RESOLVE fixar normas para a eleição dos membros que comporão o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia no biênio 2019/2021.

Artigo 1º. A eleição destinada à elaboração da lista de 06(seis) Defensores Públicos titulares, e 06 (seis) suplentes, para composição do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, biênio 2019/2021, realizar-se-á no dia 17 de maio de 2019, das 09 às 17:00 horas, na sede da Defensoria Pública do Estado da Bahia, situada na Avenida Ulisses Guimarães, Nº 3386, Edifício MultiCab Empresarial, CAB, Salvador/BA, onde será instalada a seção eleitoral, na sala de sessões do Conselho Superior, 4º andar.

§1º - A distribuição das vagas dos membros titulares dar-se-á da seguinte forma:

- a)02 vagas para os candidatos mais votados no cômputo geral;
- b)01 vaga para o candidato mais votado dentre os integrantes estáveis e ativos na carreira da Classe de Instância Superior;
- c)01 vaga para o candidato mais votado dentre os integrantes estáveis e ativos na carreira da Classe Final;
- d)01 vaga para o candidato mais votado dentre os integrantes estáveis e ativos na carreira da Classe Intermediária;
- e)01 vaga para o candidato mais votado dentre os integrantes estáveis e ativos na carreira da Classe Inicial.

§2º - Não havendo, em alguma das classes da carreira, candidatos habilitados e/ou votados para formação do Conselho Superior e para respectiva suplência, serão considerados eleitos os candidatos que se seguirem aos mais votados no cômputo geral dos votos válidos.

§3º - A votação será unipessoal, plurinominal, obrigatória e secreta para todos os Defensores Públicos em atividade, vedado voto postal, por procuração ou meio eletrônico.

§4º - Na votação para formação do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, cada Defensor Público ativo na carreira terá direito a até 06 (seis) votos, sob pena de nulidade total do voto.

§5º - Os Defensores Públicos que se encontrarem dentro da seção eleitoral após o término do horário estabelecido no caput deste artigo, receberão senha e poderão exercer o dever e direito de voto.

§6º - Só será permitida na seção eleitoral a presença dos candidatos, ou seus fiscais, e do Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia - ADEP/BA ou membro da diretoria por ele indicado.

§7º - Cada candidato ao Conselho Superior da Defensoria Pública poderá indicar à Comissão Eleitoral 01 (um) fiscal, integrante da carreira, para acompanhar a votação, a apuração dos votos, a organização do resultado e a proclamação dos eleitos, desde que este tenha sido oficialmente comunicado ao Presidente da Comissão, até 24 horas antes da data marcada para eleição.

§8º - Os Defensores Públicos que não votarem deverão justificar, no prazo de 10 (dez) dias, salvo por motivo de férias ou licença, sob pena de responsabilização funcional (Artigos 187, XXIII, e 201, VI, todos da Lei Complementar 26/06).

§9º - O requisito da estabilidade é satisfeito pela conclusão dos três anos de estágio probatório, além da prévia decisão do Conselho Superior pela confirmação na carreira, até a data da eleição.

Artigo 2º. Após a apuração dos votos, serão considerados eleitos os Defensores Públicos candidatos mais votados, na seguinte ordem:

- a) o(s) Defensor(es) Público(s) mais votados no cômputo geral dos votos válidos, independentemente da classe da carreira a que pertencam;
- b) o Defensor Público mais votado de cada uma das classes da carreira, após a apuração do(s) mais votado(s) no cômputo geral dos votos.
- c) Em ocorrendo a hipótese do §2º do art. 1, será(ão) considerado(s) eleito(s) o(s) candidato(s) que se seguir(em) aos mais votados no cômputo geral dos votos válidos, após as apurações das alíneas anteriores.

Parágrafo único - Para fins desta eleição, será considerada a classe do Defensor Público no momento da inscrição.

Artigo 3º. A suplência será composta pelos candidatos remanescentes da lista geral de cômputo de votos, em ordem decrescente do número de votos, independentemente da classe da carreira à qual pertença.

Artigo 4º. O Corregedor Geral, ou seu substituto legal, na condição de fiscal nato, terá livre acesso aos locais de votação e apuração.

Artigo 5º. A Comissão Eleitoral, escolhida pelo Conselho Superior, será composta por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, conforme ordem de votação, dentre aqueles estáveis na carreira, em sessão aberta e mediante voto aberto, que, após sua aceitação expressa, de logo, ficarão excluídos de concorrer à eleição.

§1º - Em caso de empate, prevalecerá:

I - o mais antigo na carreira;

II - o que tem mais tempo de serviço público;

III - o mais idoso.

§2º - A Comissão Eleitoral terá competência para dirigir o processo eleitoral, desde a inscrição dos candidatos até a apuração dos votos, proclamação e remessa do resultado, e será constituída por:

I - Presidência, que será exercida pelo membro mais antigo na carreira, dentre os escolhidos para Comissão;

II - 1º Secretário, que será exercida pelo segundo membro mais antigo na carreira, e responsável pela emissão de pareceres nos processos dirigidos à Comissão Eleitoral;

III - 2º Secretário, responsável pela lavratura da Ata do processo eleitoral.

§3º - Os Defensores Públicos que forem indicados para comporem a Comissão Eleitoral serão cientificados, no prazo de 02 (dois) dias, da sua condição de titular ou de suplente, indicando, neste caso, qual a ordem de suplência.

§4º - Os membros da Comissão Eleitoral poderão declinar da indicação no prazo de 02 (dois) dias, contados da data da cientificação, se forem concorrer ao cargo ou mediante petição fundamentada dirigida ao Conselho Superior, que no prazo de 02 (dois) dias decidirá.

Artigo 6º. São elegíveis ao cargo de Conselheiro do Conselho Superior os membros estáveis da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Artigo 7º. É inelegível para o Conselho Superior o membro da Defensoria Pública que:

I - estiver afastado da carreira, ou ocupando cargo em comissão, inclusive para desempenho de função junto a outro órgão ou à associação de classe, salvo se reassumir suas funções na Defensoria Pública, até 60 (sessenta) dias da data prevista para a eleição;

II - for condenado por crime doloso, com decisão transitada em julgado;

III - estiver cumprindo sanção correspondente a processo administrativo disciplinar;

IV - for inativo;

V - tiver integrado o Conselho como membro nato, no período anterior à eleição, salvo no caso de reeleição.

Parágrafo único: O exercício de cargos em comissão e de órgão de classe é incompatível com a qualidade de membro do Conselho Superior da Defensoria Pública, ressalvados os membros natos.

Artigo 8º. Os interessados em concorrer a uma das vagas do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia deverão formalizar sua candidatura, mediante petição escrita dirigida ao Presidente da Comissão Eleitoral, no Protocolo Geral da Defensoria Pública do Estado, do dia 11 de março de 2019 até as 17:30 horas do dia 21 de março de 2019, localizado na Av. Ulisses Guimarães, Nº 3386, Edifício MultiCab Empresarial, térreo, ou eletronicamente através do e-mail protocolo.geral@defensoria.ba.def.br, até às

17:30 horas do último dia do prazo para inscrição, indicando o nome que constará na cédula.

§1º - A Comissão Eleitoral fará publicar os nomes dos candidatos inscritos no Diário Oficial do Estado, nos murais da Sede Administrativa da Defensoria Pública do Estado, localizada na Avenida Ulisses Guimarães, Nº 3386, Edifício MultiCab Empresarial, CAB, Salvador/BA, bem como nas Subcoordenações Regionais e nas Especializadas.

§2º - As eventuais impugnações às candidaturas deverão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Eleitoral, entre 25 a 29 de março de 2019, a que se refere o §1º deste artigo. A Comissão Eleitoral decidirá acerca das impugnações entre o dia 01 a 05 de abril de 2019.

§3º - Da decisão da Comissão Eleitoral caberá recurso ao Conselho Superior, entre 08 a 12 de abril de 2019, o qual decidirá entre 15 a 23 de abril de 2019.

§4º - O membro do Conselho Superior da Defensoria Pública ao se inscrever para concorrer ao cargo de Conselheiro ficará, desde então, impedido de participar dos pontos das sessões do Conselho Superior que cuidem de matéria do processo eleitoral, hipótese em que deve ser convocado o suplente.

§5º Ao final do prazo previsto no caput, os candidatos inscritos, a Corregedoria, ADEP e Ouvidoria terão acesso a relação dos candidatos inscritos com o número de protocolo, data e horário de inscrição, se assim o requisitarem.

Artigo 9º. A cédula de votação será confeccionada nos moldes do Anexo I desta Resolução.

Parágrafo único - Os nomes dos candidatos constarão da cédula de votação em ordem alfabética, com indicação da classe a que pertença o candidato.

Artigo 10. A cédula de votação deverá ser rubricada por todos os membros da Comissão Eleitoral no ato em que o eleitor comparecer e assinar a Lista de Presença para receber a cédula de votação.

§1º - A ausência de qualquer assinatura implicará na nulidade e os votos ali consignados não serão computados, salvo para efeito de registro em Ata.

§2º - Entregue a cédula ao eleitor, não será permitida, em hipótese alguma, a sua troca.

Artigo 11. A urna de votação não deverá permitir a visualização dos votos que serão ali depositados.

§1º - Nos 30 (trinta) minutos anteriores à hora marcada para o início da votação, a Comissão Eleitoral procederá ao lacre da urna, onde constará a assinatura de todos os membros da Comissão Eleitoral, os candidatos ou fiscais presentes e demais Defensores Públicos que assim o queira.

§2º - Deverão estar presentes no horário acima determinado, os membros suplentes da Comissão Eleitoral para suprir as ausências dos membros titulares.

Artigo 12. Após o último Defensor Público votar, a Comissão Eleitoral imediatamente procederá à abertura da urna e será iniciado o procedimento da apuração.

Parágrafo único - Só será permitida a presença no recinto da apuração, além dos membros da Comissão Eleitoral, dos candidatos e/ou seus fiscais, e do Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia - ADEP/BA ou membro da Diretoria por ele indicado, e a Ouvidora Geral.

Artigo 13. Encerrada a apuração, será proclamado o resultado, afixando-o nos murais da Instituição, onde ocorreu a eleição.

Artigo 14. Finalizados os trabalhos e resolvidos os dissídios ocorrentes, lavrar-se-á a Ata que será assinada por todos os membros da Comissão Eleitoral, pelos candidatos, e pelo Presidente da Associação dos Defensores Públicos da Bahia - ADEP/BA ou membro da Diretoria por ele indicado, consignando o resultado do pleito, o número de votantes, o número de votos nulos e brancos, o número de cédulas utilizadas, além de incidentes, protestos e decisões eventualmente ocorridos.

Artigo 15. Encerrados os trabalhos, a Comissão Eleitoral procederá a entrega ou a remessa do resultado da eleição ao Defensor Público Geral, dissolvendo-se em seguida.

Artigo 16. Dissolvida a Comissão Eleitoral, caberá ao Conselho Superior a solução dos dissídios e impugnações ocorrentes.

Artigo 17. Os prazos, estabelecidos conforme Anexo II desta Resolução, que recaírem em dia em que não houver expediente prorrogar-se-ão até o primeiro dia útil subsequente.

Sala das Sessões do Conselho Superior, em 22 de fevereiro de 2019.

CLÉRISTON CAVALCANTE DE MACÊDO

Presidente do Conselho Superior

ANEXO I

MODELO DA CÉDULA DE VOTAÇÃO

CÉDULA DE VOTAÇÃO	
Eleição para o cargo de Conselheiro – CSDP/BA	
Biênio 2019/2021	
C A N D I D A T O S	

Presidente da Comissão Eleitoral

1º Secretário

2º Secretário

ANEXO II

Calendário Eleitoral – Conselho Superior - biênio 2019/2021

DATA	EVENTO
22.02.2019	Reunião do CSDP para Escolha da Comissão Eleitoral (titulares e suplentes)
11.03.2019 a 21.03.2019	Prazo para inscrição dos candidatos
23.03.2019	Publicação dos nomes dos candidatos inscritos.
25.03.2019 a 29.03.2019	Prazo para impugnações das candidaturas
01.04.2019 a 05.04.2019	Prazo para decisão do Presidente da Comissão Eleitoral acerca das impugnações
08.04.2019 a 12.04.2019	Prazo para recurso ao Conselho Superior da decisão do Presidente da Comissão Eleitoral acerca da impugnação.
15.04.2019 a 23.04.2019	Decisão do Conselho Superior sobre o recurso de impugnação
17.05.2019	Data da eleição para escolha dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia, titulares e suplentes.
19.05.2019	Posse dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia.